REPRESENTAÇÕES DA REGIÃO NORTE EM LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DOS ANOS INICIAIS: ANÁLISE CRÍTICA DE OBRA DO PNLD 2023

Iza Maria Ferreira da Silva[1]

[1]Discente em Licenciatura em Pedagogia, bolsista de iniciação científica no CedaLab e voluntária no projeto de extensão Leramaz, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Belém, PA, Brasil, iza.silva@discente.ufra.edu.br

Resumo: Este artigo analisa as representações da região Norte presentes em um livro didático de Geografia destinado aos anos iniciais do ensino fundamental, integrante do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2023). A pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira os povos, os espaços e os contextos sociais da região são apresentados no material, observando possíveis estereótipos e desigualdades na distribuição das representações regionais. Metodologicamente, realizou-se uma análise qualitativa de imagens e trechos do livro "Geografia: da escola para o mundo – 3º ano do ensino fundamental" (Depom; Depom, 2021), buscando identificar padrões discursivos e visuais relacionados às diferentes regiões brasileiras. Os resultados indicam que a região Norte aparece frequentemente associada a contextos de carência, natureza ou situações problemáticas, enquanto regiões como Sudeste e Sul são representadas de forma mais diversificada, frequentemente vinculadas a cenários de tecnologia, organização urbana e produção econômica. Dessa forma, o estudo evidencia como o livro didático, enquanto objeto pedagógico, pode contribuir para a reprodução de determinadas visões de mundo e para a construção de imaginários regionais no contexto escolar.

Palavras-Chave: Material didático. Ensino fundamental. Representações sociais. Estereótipos regionais. Formação escolar.

INTRODUÇÃO

O livro didático constitui um dos principais recursos pedagógicos da educação básica brasileira, exercendo significativa influência na formação das percepções de crianças e jovens sobre o país. No ensino de Geografia, especificamente, esses materiais desempenham papel fundamental na construção de imagens e narrativas sobre o território nacional e suas regiões. Muitas vezes, contudo, tais representações podem reforçar estereótipos regionais ou visões simplificadas que não contemplam a diversidade e complexidade deste espaço geográfico. Entende-se, portanto, que o livro didático deve ser coerente com a realidade dos alunos. De acordo com Freire (2021), "não se mede o estudo pelo número de páginas lidas em uma noite ou pela quantidade de livros lidos em um semestre. Estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las". Ainda sobre a leitura de mundo, a partir de Freire (2021):

> A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (Freire, 2021, p. 36)

Quando um livro didático representa a Região Norte apenas a partir de estereótipos (natureza exuberante, extrativismo, comunidades tradicionais isoladas), pode limitar a possibilidade de estudantes nortistas dialogarem com suas próprias experiências e contextos socioterritoriais[1]. Um aluno de Belém (PA), Manaus (AM) ou Rio Branco (AC), ao folhear o livro e não encontrar imagens de sua cidade, escola ou cultura urbana contemporânea, pode internalizar a ideia de que sua vivência não é legítima ou digna de aparecer no material escolar.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente as representações da Região Norte em um livro didático de Geografia destinado aos anos iniciais do Ensino Fundamental, aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2023). Busca-se compreender de que maneira essa região é apresentada no material, identificando quais aspectos sociais, culturais e econômicos são enfatizados ou silenciados. Além disso, pretende-se examinar as imagens, narrativas e atividades propostas, de modo a verificar quais representações da região são construídas e quais possíveis implicações essas escolhas podem ter para a formação das percepções dos estudantes sobre o território nacional.

A Região Norte e seus desafios de representação no contexto nacional

A Região Norte caracteriza-se por sua enorme extensão territorial, abrigando a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, e uma diversidade ambiental, cultural e social expressiva. Nela coexistem distintos povos e modos de vida, incluindo populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e urbanas, além de uma crescente presença de atividades industriais, tecnológicas e de serviços em suas capitais e cidades médias. Nesse sentido, Mendes (2020) afirma que:

> O lugar da diversidade no ensino de geografia da Amazônia se constrói com metodologias que humanizam os seres humanos e a natureza. Aparece como lugar de

[1]De acordo com Halvorsen e Fernandes (2021), o termo socioterritorial define uma categoria analítica aplicada a movimentos sociais nos quais o território é a sua característica definidora e razão de ser, sem o qual eles não existiriam.

> destaque na reprodução social das comunidades, dos corpos e das pessoas, no reconhecimento de cada prática social. (Mendes, 2020, p. 360).

Como alerta Azevedo (2014), essa realidade está vinculada a uma Geografia escolar que muitas vezes silencia temas sociais, políticos e culturais relevantes: "torna-se clara, portanto, a geograficidade inerente à política" (p. 48). O autor propõe que a Geografia pode e deve contribuir para a formação de cidadãos ativos, capazes de compreender o sistema político brasileiro e participar dos espaços democráticos.

O papel do livro didático na formação das representações sobre o Brasil

No contexto da educação básica brasileira, a ampla presença do livro didático nas salas de aula está diretamente relacionada a políticas públicas de distribuição, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2017; FNDE, 2024). Por atingir milhões de estudantes em todo o território nacional, o livro didático tem forte influência na construção do conhecimento escolar e das representações sobre o país. Como destaca Azambuja (2014):

> O livro didático é parte da cultura escolar e, quando utilizado como manual de estudo, inclui o conteúdo-forma das disciplinas escolares trabalhadas na Educação Básica. Essa condição faz do livro didático referência para periodizar a trajetória das práticas de ensino da Geografia do Brasil. (Azambuja, 2014, p. 12)

Dessa forma, compreende-se que o livro didático não é apenas um recurso pedagógico, mas sim um elemento estruturante da cultura escolar e das práticas de ensino. Considerando que atinge milhões de alunos, a forma como representa as diferentes regiões brasileiras é um aspecto central da formação cidadã.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

O PNLD é regulamentado atualmente pelo Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 (Brasil, 2017). Em 2024, o PNLD distribuiu aproximadamente 194,6 milhões de livros didáticos para a educação básica em todo o país (ABRALE, 2025). O processo de seleção das obras ocorre de maneira democrática e autônoma: gestores e professores analisam e escolhem as obras a partir do Guia do PNLD (FNDE, 2024). De acordo com Vitiello e Cacete (2021):

> As mudanças na forma e no conteúdo dos manuais didáticos implicam, também, em novas concepções metodológicas do ensinar e aprender. Os alunos e professores são

> instigados a participar na elaboração do conhecimento e a assumir concepções socioconstrutivistas, valorizando o saber do aluno e concebendo o professor enquanto sujeito mediador das aprendizagens. (Vitiello e Cacete, 2021, p. 28)

Essa perspectiva, que valoriza o saber do aluno e o coloca como participante ativo na construção do conhecimento, retorna ao pensamento de Freire (2021), para quem a educação autêntica não pode prescindir do diálogo e do reconhecimento da experiência existencial dos educandos como ponto de partida do processo pedagógico. Assim, a análise dos materiais do PNLD não pode se limitar a verificar se eles estão "corretos" ou "atualizados" do ponto de vista científico. É preciso ir além e perguntar, como faria Freire, que visões de mundo eles legitimam, que identidades eles constroem, que silenciamentos eles operam e que tipo de cidadão eles ajudam a formar.

DESENVOLVIMENTO

Transformações históricas do livro didático de Geografia no Brasil

O ensino de Geografia e seus livros didáticos no Brasil passaram por significativas transformações ao longo do tempo, acompanhando mudanças nas concepções de ciência, de educação e de sociedade. De acordo com Azambuja (2014), os períodos iniciais da escolarização brasileira, especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os livros didáticos de Geografia caracterizavam-se por abordagens essencialmente descritivas, centradas na memorização de informações sobre o território, suas características físicas, divisões administrativas e elementos naturais. Nesse contexto, o ensino de Geografia estava fortemente associado à formação de uma identidade nacional e à difusão de conhecimentos considerados básicos sobre o país, priorizando listas de rios, capitais, estados e acidentes geográficos.

Esse modelo de ensino, marcado por práticas pedagógicas tradicionais, atribuía ao professor o papel de transmissor do conhecimento e ao aluno o de receptor das informações. Freire (2021) caracteriza essa forma de educação como “educação bancária”, na qual os alunos são apenas “depósitos” que recebem informações, sem questioná-las ou compreendê-las criticamente. Consequentemente, os livros didáticos eram organizados de forma enciclopédica, com pouca problematização e reduzido espaço para análise crítica das dinâmicas sociais e espaciais.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980, esse cenário começou a se modificar com a emergência da chamada Geografia Crítica. Influenciada por debates teóricos no campo das ciências humanas e sociais, essa perspectiva passou a compreender o espaço geográfico não apenas como um conjunto de elementos naturais ou territoriais, mas como resultado das relações sociais, econômicas e políticas que se desenvolvem na sociedade. Nesse sentido, os materiais didáticos começaram gradualmente a incorporar discussões sobre desigualdades socioespaciais, relações de poder, processos de urbanização, conflitos territoriais e a produção social do espaço (Azambuja, 2014).

Ainda que esses avanços sejam inegáveis, persistem limitações na forma como a diversidade amazônica é abordada no ensino de Geografia. Mendes (2020) observa que "muitos projetos políticos pedagógicos, planos de aula e ementas de disciplinas que tratam da geografia da Amazônia [...] não inserem o debate em temas relacionados à diversidade" (p. 343). Ou seja, mesmo em cursos de formação e em materiais voltados ao ensino, o debate sobre a diversidade étnico-racial e sociocultural da região permanece, muitas vezes, pouco explorado, o que contribui para a manutenção de visões reduzidas sobre a realidade amazônica. Em diversos casos, a região aparece associada quase exclusivamente à floresta, aos recursos naturais ou a elementos folclorizados, deixando em segundo plano aspectos fundamentais da Amazônia contemporânea, como suas dinâmicas urbanas, tecnológicas, culturais e as múltiplas formas de organização social presentes na região.

Essa representação limitada contribui para a manutenção de visões simplificadas sobre o território amazônico e sobre as populações que nele vivem, reforçando imaginários que pouco dialogam com a pluralidade social, econômica e cultural da região. Dessa forma, analisar criticamente os livros didáticos torna-se fundamental para compreender não apenas quais conteúdos são ensinados, mas também quais narrativas sobre o território brasileiro são legitimadas no espaço escolar.

A construção de representações regionais nos materiais didáticos

Os livros didáticos não se limitam a transmitir informações neutras; eles constroem ativamente imagens e narrativas sobre o território e a sociedade. A maneira como as regiões aparecem em textos e imagens pode reforçar hierarquias regionais, estereótipos ou visões

simplificadas, contribuindo para a naturalização de desigualdades históricas (Azambuja, 2014; Mendes, 2020).

Nesse sentido, o livro didático deve ser compreendido como um objeto pedagógico que expressa determinadas visões de mundo e concepções de sociedade. Como apontam Vitiello e Cacete (2021, p. 17), "o livro didático [...] constitui-se em uma obra pedagógica que reflete os conhecimentos científicos e características culturais de uma dada sociedade em determinado período histórico e espaço geográfico". Dessa forma, os conteúdos presentes nesses materiais não apenas organizam conhecimentos escolares, mas também participam da construção de representações sobre o país, suas regiões e seus grupos sociais.

Esse processo torna-se particularmente relevante no caso de países marcados por fortes desigualdades regionais, como o Brasil. A maneira como as diferentes regiões são apresentadas nos materiais escolares pode contribuir tanto para valorizar a diversidade territorial quanto para reforçar visões hierarquizadas do espaço nacional. Quando determinadas regiões aparecem predominantemente associadas ao atraso, à pobreza ou à natureza "intocada", enquanto outras são vinculadas à modernização e ao desenvolvimento econômico, cria-se uma leitura desigual do território brasileiro.

Analisar essas representações é, portanto, fundamental para compreender quais visões de Brasil estão sendo apresentadas aos estudantes. No caso específico da Amazônia e da Região Norte, Mendes (2020) alerta que a invisibilidade ou a representação estereotipada desses espaços no currículo escolar dificulta o reconhecimento, pelos próprios estudantes da região, de sua identidade e de seu lugar no país, além de reforçar, para alunos de outras regiões, uma imagem distorcida e hierarquizada da nação brasileira.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, voltada à análise de um livro didático de Geografia utilizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A investigação busca compreender de que maneira a Região Norte do Brasil é representada nesse material didático. A pesquisa tem como objeto de análise o livro didático Geografia: da escola para o mundo (Depom; Depom, 2021), publicado pela editora Scipione e aprovado pelo PNLD 2023. A escolha dessa obra justifica-se por sua

ampla circulação nas escolas públicas brasileiras e por sua utilização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A análise foi conduzida a partir de uma leitura sistemática das unidades do livro didático, considerando tanto os conteúdos textuais quanto os elementos visuais. Foram observadas fotografias, ilustrações, mapas e atividades propostas. As categorias de análise foram definidas a partir da recorrência de elementos identificados e do diálogo com a literatura. Entre elas, destacam-se: (1) os tipos de paisagens associadas à Região Norte; (2) as atividades econômicas mencionadas; (3) os grupos sociais representados nas imagens; e (4) a presença ou ausência de contextos urbanos e tecnológicos relacionados à região.

A interpretação dos dados foi realizada à luz de referenciais teóricos do campo da educação crítica e do ensino de Geografia, como Paulo Freire (2021), Azambuja (2014), Azevedo (2014), Mendes (2020) e Vitiello e Cacete (2021).

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Representações visuais da Região Norte no livro didático analisado

A análise das ilustrações, fotografias, mapas e cenários no livro didático revela um tratamento visual desigual e estereotipado das regiões brasileiras. O primeiro mapa do Brasil (p. 36, Unidade 1) apresenta as regiões através de um modelo tátil, diferenciando-as apenas por cores (Norte/marrom, Nordeste/verde, Centro-Oeste/vermelho, Sudeste/azul, Sul/amarelo) e texturas, sem aprofundar características culturais ou sociais. Essa apresentação inicial reforça uma divisão geográfica simplificada.

As cores e a simbologia dos mapas, embora funcionais para a distinção tátil, não são exploradas para comunicar a diversidade interna de cada região. A repetição de certas associações visuais (como a cor marrom para o Norte, talvez involuntariamente ligada à terra e ao extrativismo) acaba reforçando uma leitura unidimensional. Embora este estudo foque na Região Norte, observou-se que padrões semelhantes de estigmatização ocorrem com a Região Nordeste, onde nota-se, assim, uma clivagem visual: enquanto estas regiões são retratados através de cenários naturais, rurais ou de exploração de recursos, o Sul e o Sudeste surgem em cenários urbanos, industriais e de gestão.

A Região Norte tem sua primeira representação específica apenas na Unidade 2 (p. 44), com uma imagem do estádio Arena da Amazônia em Manaus (AM). Ao longo do livro, sua

presença é esparsa e marcada por certa padronização: aparecem cenários de moradias indígenas no Pará e em Rondônia, comunidades ribeirinhas no Pará e no Amazonas e seringueiros no Acre.

Outras representações presentes no material didático também revelam padrões na associação entre regiões brasileiras e determinados contextos sociais e espaciais. Observa-se que imagens relacionadas ao acúmulo de lixo, lixões ou poluição em ruas e praias aparecem localizadas em estados das regiões Norte e Nordeste Assim, no material analisado, essas situações são vinculadas exclusivamente a essas duas regiões.

Em contrapartida, as representações do Sudeste e Sul são mais numerosas e diversificadas. Os personagens vinculados a essas regiões aparecem em contextos de tecnologia, organização e produção, como aterros sanitários no Estado do Paraná, compostagem no Estado de São Paulo.

Padrões de representação e hierarquias regionais no material didático

A síntese da análise permite identificar padrões recorrentes e sistêmicos na representação visual das regiões brasileiras no livro didático. Entende-se por representação, neste trabalho, as imagens, discursos e narrativas que constroem determinadas visões sobre o território e seus habitantes. Estes padrões ultrapassam uma mera contagem desigual de imagens, revelando uma hierarquia qualitativa que constrói narrativas distintas e desiguais sobre cada parte do país.

De um lado, há um conjunto consistente de ênfases e associações. A Região Norte, juntamente com parcelas significativas do Nordeste, é sistematicamente vinculada a um eixo temático que engloba a natureza intocada ou em degradação, as atividades de extrativismo (como a mineração no Pará e a coleta de seringa no Acre), as comunidades tradicionais retratadas em seu aspecto exclusivamente rural e aldeado (indígenas, ribeirinhos, quilombolas), e os problemas ambientais, com o desmatamento no Amazonas e o lixo em praias do Nordeste servindo como ícones. Esta combinação forja uma representação da região como um espaço primordialmente fornecedor de recursos e habitado por populações cujos modos de vida são apresentados como desconectados da urbanidade e da modernidade.

Em nítido contraste, as regiões Sul e Sudeste são associadas a um eixo temático oposto, que destaca a produção organizada (agrícola e industrial), a infraestrutura e a técnica (aterros

sanitários no Paraná, compostagem em São Paulo), o artesanato com viés comercial e uma cultura de influência europeia explicitamente valorizada na arquitetura e nos cenários. Aqui, a narrativa visual constrói uma imagem de centro dinâmico, organizador e civilizatório. Enquanto o Norte tem sua complexidade reduzida à natureza e ao tradicional, o Sul e o Sudeste são apresentados em toda sua suposta multiplicidade, urbana, tecnológica, cultural e produtiva.

Tal perspectiva dialoga com a crítica de Mendes (2020), para quem o ensino de Geografia da Amazônia frequentemente invisibiliza a diversidade e as dinâmicas contemporâneas da região. No entanto, é preciso ir além da denúncia da invisibilidade e compreender o que está em jogo quando essas populações são representadas de forma tão redutora. O que o livro didático silencia, ao fixar indígenas, ribeirinhos e quilombolas em um passado idealizado e rural, é justamente o protagonismo desses grupos na luta por suas territorialidades e modos de vida.

> "Esboçar uma nova geo-grafia na Amazônia que aponta para um processo de emergência de diversos movimentos sociais que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de r-existência das populações 'tradicionais'; trata-se de movimentos sociais de r-existência, pois que, [...], não só lutam para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas populações, mas também por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar." (Cruz, 2006 apud Mendes, 2020, p. 353)

Enquanto Cruz (2006 apud Mendes, 2020) e Mendes (2020) apontam para a emergência de movimentos sociais que lutam ativamente pela defesa de seus territórios e modos de existência, o material analisado apresenta indígenas, ribeirinhos e quilombolas como figuras estáticas, desprovidas de agência política, existindo em um tempo e espaço que parecem alheios à história. A "nova geo-grafia" é completamente apagada, substituída por uma geografia antiga, folclorizada, que confina esses grupos a um passado sem conexão com o presente.

Do outro lado, é possível mapear um conjunto significativo de omissões e silenciamentos que complementam e reforçam as ênfases descritas. A análise revela a quase ausência de imagens que mostrem a diversidade interna e a contemporaneidade, não há espaço para as suas metrópoles, universidades, parques tecnológicos, complexos industriais ou cena cultural urbana. De forma semelhante, a representação de indígenas e comunidades tradicionais ignora por completo sua presença e vivência em contextos urbanos, congelando essas populações em um tempo e espaço idealizados.

Em uma tentativa de representar a paisagem do campo, o Nordeste mais uma vez tem-se reduzido, com exemplos como a casa de taipa, na Bahia, reforçando estereótipos de rusticidade e pobreza, enquanto seu rico patrimônio arquitetônico colonial e sua produção cultural contemporânea permanecem invisíveis, enquanto as representações ligadas à São Paulo e ao Rio Grande do Sul mostram sua herança cultura.

A comparação direta entre as regiões explicita, portanto, um dualismo narrativo profundamente arraigado. O Sudeste é construído como o "centro" normativo do país, a partir da repetição de exemplos que o ligam à cultura, à economia e ao progresso. O Norte é construído como a "periferia" naturalizada, um território de exploração e de tradições fixas no passado. O Sul aparece como uma extensão organizada e europeizada desse centro, enquanto o Nordeste oscila, na iconografia, entre o pitoresco rural e a cena de problemas urbanos.

Este padrão seletivo não é inocente; ele reproduz e atualiza estereótipos regionais históricos que hierarquizam o território nacional. Como observa Azevedo (2014): “defendo a ideia de que não há, verdadeiramente, uma geografia política nas salas de aula. Ela está em grande parte travestida como geopolítica e, muitas vezes, inclusive, desprovida da geograficidade inerente a esses fenômenos ". Uma Geografia escolar verdadeiramente política precisa justamente problematizar essas relações de poder implícitas nos discursos e imagens veiculados pelos materiais didáticos. O que se vê no livro analisado, no entanto, é a reiteração de uma geografia que naturaliza as desigualdades, em vez de questioná-las.

A consequência pedagógica é grave: tal representação pode dificultar o auto reconhecimento e a construção de uma identidade positiva entre alunos das regiões constantemente associadas ao atraso e aos problemas, ao mesmo tempo que naturaliza, para todos os estudantes, uma visão desigual e enviesada da nação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar criticamente as representações da Região Norte em um livro didático de Geografia destinado aos anos iniciais do Ensino Fundamental, aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2023). A partir da análise documental realizada, foi possível constatar que o material apresenta representações parciais e, em alguns momentos, estereotipadas da região.

Os resultados indicam que a Região Norte é majoritariamente associada a elementos naturais, comunidades tradicionais e atividades extrativistas, em detrimento da visibilidade de

suas dinâmicas urbanas, tecnológicas, industriais e culturais na contemporaneidade. Em contraste, as regiões Sul e Sudeste aparecem frequentemente vinculadas a contextos de modernidade, organização e produção econômica. Esse contraste sugere a presença de uma hierarquização simbólica do território nacional, que tende a reproduzir estereótipos históricos e a invisibilizar a diversidade interna existente em cada uma das regiões brasileiras.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de a análise ter sido realizada a partir de apenas uma obra didática, o que não permite generalizações sobre o conjunto das coleções aprovadas pelo PNLD. Nesse sentido, aponta-se a importância da realização de pesquisas futuras que ampliem o corpus de análise, contemplando diferentes coleções e componentes curriculares, de modo a aprofundar a compreensão sobre como as regiões brasileiras têm sido representadas nos materiais didáticos.

Considerando a ampla circulação dos livros distribuídos pelo PNLD e seu papel formativo no contexto da educação básica, torna-se fundamental avançar na produção e na seleção de materiais didáticos que apresentem uma visão mais plural, complexa e equilibrada das regiões brasileiras. Nesse contexto, é essencial que esses materiais deem visibilidade à diversidade de povos, modos de vida, expressões culturais e atividades econômicas que constituem os diferentes territórios do país, superando abordagens simplificadas ou estereotipadas.

Promover a formação de estudantes com uma compreensão mais crítica e diversa do Brasil constitui um desafio que envolve não apenas os autores e editores de livros didáticos, mas também professores, escolas, redes de ensino e as próprias políticas públicas responsáveis pela avaliação e distribuição desses materiais. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre as representações regionais presentes nos livros didáticos de Geografia, incentivando a produção de materiais que reconheçam a diversidade e a contemporaneidade dos territórios brasileiros.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTORES DE LIVROS EDUCACIONAIS (ABRALE). **Em 2024, PNLD distribuiu 194,6 milhões de livros didáticos.** 23 out. 2025. Disponível em: https://abrale.org.br/em-2024-pnld-distribuiu-1946-milhoes-de-livros-didaticos/. Acesso em: 9 mar. 2026.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **O livro didático e o ensino de Geografia do Brasil**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 4, n. 8, p. 11-33, jul./dez., 2014.

AZEVEDO, D. A. **Por uma Geografia escolar verdadeiramente Política.** In: AZEVEDO, D. A.; MORAES, M. A. Ensino de geografia: novos temas para a geografia escolar. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 47-74.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2017. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html. Acesso em: 7 mar. 2026.

DEPOM, Silvana; DEPOM, Marco. **Geografia: da escola para o mundo – 3º ano do ensino fundamental.** São Paulo: Scipione, 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 52. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Funcionamento do PNLD**. Brasília, DF: FNDE, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento. Acesso em: 7 mar. 2026.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada.** Revista NERA, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MENDES, Luiz Augusto Soares. **O lugar da diversidade no ensino de geografia da Amazônia.** Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, n. 48, p. 342-361, 2020.

VITIELLO, Márcio Abondanza; CACETE, Núria Hanglei. **Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, v. 26, e260013, 2021.